

Educação popular e ensino superior: possíveis relações

Merli Leal Silva¹, Fernanda Paulo², Roque Graziola³

Resumo

Este artigo tem como objetivo relacionar dois conceitos que, normalmente, não se conectam – educação popular e ensino superior. A educação popular como opção político-pedagógica cabe em todos os níveis de ensino, uma vez que se concretiza como práxis no mundo e pressupõe a diversidade e a alteridade. A base cultural, a cotidianidade, a prática que se estabelece nas relações sociais, o mosaico de racas, credos, modos de ver o mundo, todos estes elementos mostram a face viva de um currículo de viés epistemológico popular. Um ensino superior com foco na conscientização do sujeito, a partir do conhecimento que vem da vida real, pode ser instância de construção de novas relações frente ao processo de ensino e de aprendizagem, ampliando possibilidades de inovações curriculares e permitindo que a educação cumpra o seu papel libertador. Cremos ser possível que a educação popular esteja metodologicamente inserida nas propostas de ensino superior, incluindo temas de estudo que tenham como foco a formação para a conscientização, independente de ser bacharelado ou licenciatura.

Palavras-chave

Educação Popular. Ensino Superior. Paulo Freire.

1. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, coordenadora do curso de pós-graduação em Educação Popular do Instituto Bravaente. E-mail: merlileal@gmail.com.

2. Aluna do curso de especialização em Educação Popular e Gestão de Movimentos Sociais, pedagoga e educadora popular. E-mail: fernandaeia@yahoo.com.br.

3. Aluno do programa de mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aluno do curso de especialização em Educação Popular, líder educativo e comunitário junto a moradores de rua. E-mail: roquegraziola@fundsol.org.br.

Popular education and higher education: possible relationships

Merli Leal Silva* . Fernanda Paulo** . Roque Graziola***

Abstract

This article aims to connect two concepts that, normally, do not have connection - popular education and higher education. Popular education as a political-pedagogical option fits into all levels of education, since it is realized as praxis in the world and requires diversity and otherness. The cultural basis, the routine, the practice that takes place in social relations, the mosaic of races, creeds, ways of seeing the world, all these elements show the face of a living curriculum bias epistemological popular. A higher education with a focus on awareness of the subject from the knowledge that comes from real life can be an instance of building new relationships into the process of teaching and learning, broadening opportunities for innovative curriculum and allowing education to fulfill its role liberating. We believe it is possible that popular education is methodologically included in proposals for higher education, including topics of study that focus on training for awareness, whether it be a Bachelor's or Degree's.

Keywords

Popular Education. Higher Education. Paulo Freire.

* Doctor in Education at Universidade de São Paulo, under graduation coordinator in Popular Education at Instituto Bravaente. E-mail: merlileal@gmail.com.

** Student of specialization in Popular Education e Social Movements Management, pedagogy and popular educator. E-mail: fernandaeia@yahoo.com.br.

*** Mastering program in Education at Universidade Federal do Rio Grande do Sul, student of specialization course in Popular Education, educative and community leader together people who live in the streets. E-mail: roquegraziola@fundsol.org.br.

Introdução

Ao longo das últimas quatro décadas, seus “alunos” foram emergindo da esfera da ingenuidade para a esfera da crítica; da passividade à militância; da dor à esperança; da resignação à utopia. Convencidos pelo senhor de que são igualmente capazes, eles foram progressivamente ocupando espaços na vida política brasileira. Por este novo Brasil, muito obrigado professor Paulo Freire. (Frei Betto)

Segundo Cunha e Leite (1996, p. 14), decisões curriculares implicam em definir sobre o que ensinar, para quem e para qual propósito. Mas as escolhas feitas não são neutras, elas envolvem poder e controle social, e mais, são intencionalmente elaboradas. Os currículos, de uma forma geral, são criados a portas fechadas, por especialistas. A forma de fazer educação, formalizada no texto curricular, crê no saber tradicional, hierarquizado e definido sempre a priori. Uma das características fundamentais de uma educação para a autonomia tem relação com a capacidade de ouvir a comunidade educativa, para construir coletivamente projetos de ensino. A consciência de classe, a luta por direitos e cidadania é base importante para projetos de ensino emancipadores. Um currículo tem missões ideológicas de grande proporção na educação, principalmente das classes populares.

A educação popular busca, como metodologia educativa libertadora, revelar um novo modo de motivar os educandos para uma ação política frente ao conhecimento. Citamos Brandão (2006, p. 87):

Pela primeira vez surge a proposta de uma educação que é popular não porque seu trabalho se dirige a operários e camponeses excluídos prematuramente da escola seriada, mas porque o que ensina vincula-se organicamente com a possibilidade de criação de um saber popular, através da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia.

A educação popular torna-se um espaço de luta constante, em que educadores e educandos, livres e respeitados em sua cultura e diversidade, constroem formas inovadoras de participação no contexto educativo. As possibilidades metodológicas são infinitas, uma vez que a cultura e a identidade do grupo em formação constituem a base dos projetos de ensino. Ao incorporar princípios fundamentais da educação popular na concepção de projetos de ensino universitário, estamos construindo um novo perfil de egresso, uma vez que não serão apenas as lógicas capitalistas de formação que nortearão os currículos.

A inclusão e exclusão de temas, a forma de avaliar, as estratégias de ensino, tudo carrega a marca da classe hegemônica, e são estes valores que a sociedade valoriza e considera. Os meios de comunicação contribuem muito para esta padronização estética de comportamentos, a partir de uma matriz ideológica mercadológica. A “sociedade do espetáculo”, fetichiza e reifica os indivíduos, divulgando uma versão da realidade que serve para a manutenção do poder estabelecido.

Refletamos juntos: quantos projetos de graduação possuem uma disciplina de crítica da mídia? Um médico, um psicólogo, um administrador, entre outros, poderiam entender a manipulação midiática e resistir a ela? Incluir no currículo de todos os cursos conteúdos emancipatórios e formar mais do que profissionais, agentes sociais transformadores, parece-nos urgente e necessário. Outro conteúdo fundamental para os currículos de ensino superior relaciona-se com relações sociais de gênero. Se não entendemos como nos tornamos homens e mulheres, como entender a sociedade e a diversidade, as questões raciais, os direitos humanos, a economia solidária?

Os aparelhos ideológicos do Estado buscam preservar o *status quo*, usando o contexto educativo para legitimar-se e impor o seu poder.

Masse o poder precisa de uma relação para existir, talvez seja possível desconstruí-lo, começando por não estabelecer uma relação com ele.

Como ter uma visão de mundo ampliada e solidária se não tenho consciência política para me rebelar? A assunção de um projeto de ensino superior com uma epistemologia advinda da educação popular teria a marca da diversidade, da autonomia, da solidariedade, do dialógico, do emancipatório, do ser sujeito e não objeto do conhecimento.

Nos projetos de educação popular, os conteúdos são formulados a partir do coletivo, de participação ativa nas definições do que será aprendido-ensinado. Nada pode ser imposto, mas tudo pode e deve ser negociado. A consciência deixa de ser ingênua e passa a ser instrumento de luta, junto com o conhecimento ressignificado. Este viés da educação popular como referência para criação de projetos de ensino poderia, de certa forma, resgatar um pouco do desmonte realizado pelos militares no ensino médio. Sem filosofia e sociologia, sem música e a disciplina de história com rombos na memória, o aluno chegava ao ensino superior sem base conceitual dialética e crítica.

Ainda hoje corremos atrás do atraso educacional dos anos de 1964 a 1985. Na perspectiva da educação popular, o ensino superior deveria ser um espaço não apenas de profissionalização, mas também lugar para ser, no sentido de formar cidadãos para a transformação social. Afinal, o mundo está mais solidário; menos do que deveria, mas mais do que na década de 1990.

A questão social como foco, em hora oportuna, tem como propulsor um esvaziamento do discurso neoliberal: ninguém mais está disposto a ver o Estado ausente das grandes temáticas mundiais. A partir do Fórum Social Mundial, no início do século XXI, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária passou a ser um anseio da humanidade. Novas lógicas de formação social remetem para políticas inclusivas, afirmativas etc. Este

contexto tem espaço para incertezas, ordem, desordem: um sistema aberto e em mutação.

No estudo realizado por Cunha e Leite (1996) sobre pedagogia universitária, uma questão levantada indica a necessidade de mudança nos projetos de ensino. Tudo que está consubstanciado no currículo foi definido pela academia. Mas, e aí o alerta, devemos compreender que, se ele se materializa neste espaço, houve uma arbitrariedade anterior que o define, a qual está atrelada ao poder presente na sociedade. E isto pode ser mudado, no momento em que a comunidade acadêmica estiver consciente desta necessidade. Freire (2005, p. 80) nos ajuda na reflexão:

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada.

Quebrando paradigmas

Fazer educação popular significa sair de uma visão altamente burocratizada e compartimentada de educação para uma visão sistêmica e totalizante, na qual o conhecimento com base na experiência humana não é considerado um conhecimento menor. Na verdade, este conhecimento que vem da cultura e das vivências populares serve de base para a criação dos projetos de ensino inovadores, focados na cultura e na identidade do povo brasileiro.

Não estávamos acostumados a ter em sala de aula tanta diversidade cultural e social. A inclusão no ensino superior chega a partir

de ações afirmativas, abrindo espaço ao negro, ao índio, ao portador de deficiência, e pedindo novas posturas na concepção dos projetos de ensino. A classe popular assume-se como pensadora da cultura e como intelectual, na concepção gramsciana⁴, e passa a ser sujeito ativo na busca do conhecimento.

A implantação da educação popular como metodologia pedagógica requer uma equipe docente e discente preparada para mudanças significativas na forma de ensinar e aprender. A palavra conscientização tem um papel grandioso como prática de rever o mundo e inserir-se nele. Segundo Freire (1980, p. 26),

a conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.

Como atitude crítica no contexto educativo, ser consciente significa abrir mão de um mundo pronto e formatado e buscar um mundo para ser construído na luta cotidiana. Nesta concepção, tudo está para ser feito – metodologias, avaliação, o sistema no seu todo – na relação direta entre consciência e mundo.

Tomar posse da realidade não é algo fácil, exige derrubar fronteiras entre os que pensam que sabem e os que pensam que não sabem, aproximando-os para a busca de algo comum e livrando-os de concepções pré-concebidas ou culturalmente introjetadas.

A educação popular trabalha com a realidade, buscando desvelá-la utopicamente, por vezes, mas de forma crítica sempre. A busca de temáticas significativas para o ensino, a partir de uma pesquisa de palavras geradoras do contexto do educando, substituiria a imposição fria e distante de

currículos criados em gabinetes pedagógicos.

A organização dos conteúdos de ensino, na educação popular, parte do processo de investigação dos temas geradores, elementos da realidade, da cultura dos educandos e da problematização destes temas mediados pelos diálogos entre docentes e discentes. Os temas geradores são a espinha dorsal da prática educativa libertadora. Parte-se sempre de uma investigação com as comunidades, com o alunado, das contradições presentes na existência destes sujeitos, de forma concreta. Estas contradições serão tratadas como um problema coletivo e irão exigir reflexão, problematização e ação. Esta investigação permite mergulhar no contexto dos educandos, por meio da convivência amorosa, observadora e sensível com a cultura do grupo em formação. Conforme salienta Freire (2005, p. 40), “num pensar dialético, ação e mundo, mundo e ação, estão intimamente solidários. Mas a ação só é humana quando, mais que um puro fazer, é um que fazer, isto é, quando também não se dicotomiza na reflexão”.

Um currículo é mais do que a configuração formal de um projeto de ensino, ele é também (e quase sempre) espaço de disputa, de inclusão e exclusão. O texto curricular se configura em um elemento prescritivo de normas que hierarquizam o saber e o torna um instrumento de reprodução da ordem social vigente. Mesmo nos projetos de cursos de graduação, com diretrizes curriculares extremamente flexíveis, os gestores pedagógicos optam por grades tradicionais e rígidas, tanto no conteúdo quanto na forma.

As formas de ensinar e aprender sofreram muitas mudanças nos últimos anos, mas as práticas escolares derivadas dos currículos são pouco inovadoras. A inovação não vem da tecnologia de ponta, mas de um pensar diferente das relações de aprendizagem.

4. Para Gramsci, todas as pessoas são intelectuais, na medida em que elas pensam, medeiam e aderem a uma determinada visão de mundo. Todo intelectual orgânico radical fornece as habilidades pedagógicas e políticas necessárias a elevar a consciência política da classe trabalhadora para a luta social.

Para Sacristán (1998, p. 168), o currículo virou um lugar fechado, povoado de especialistas em gabinetes sem janelas:

assim se deu à impressão de que confeccionar um currículo é um ofício de especialistas, como se só eles possuíssem as chaves do que a escola e os professores (as) devem fazer. Sob uma linguagem aparentemente científica se ocultam às opções que se tomam.

Deixamos de ser consumidores de conteúdos curriculares para sermos cidadãos ativos e responsáveis pelo nosso destino neste mundo. A capacitação das classes populares por meio da educação popular é realizada através de mobilização intensa, organização forte e esforço concentrado para mudar os rumos da escola, que quase sempre está direcionada para interesses voltados ao poder hegemônico. Um currículo construído nestas bases deve prever, sem dúvida, a esperança concreta de mudança. Ele mesmo, texto curricular, passa a ser uma ferramenta de mudança. Cada docente é um elemento fundamental nesta mudança, a partir de sua ação-reflexão nas aulas. O currículo oculto, enfim, desvelado, para que se coloque à prova a forma como o conhecimento oficial é organizado e hierarquizado.

O ato da reflexão que origina uma ação transformadora em práxis educativa revolucionária e dialógica tem como ponto principal uma educação que inclua todos e todas. A dimensão cultural é componente fundamental: o corpo precisa ser acordado, a música precisa ser ouvida, o canto de roda, de trabalho, as lendas e mitos de um povo, as histórias não oficiais, o currículo oculto, enfim, conteúdos significativos de uma produção forte e intensa como o povo brasileiro.

Como Paulo Freire deixou escrito, não podemos nos colocar em uma posição arrogante de professor que pensa lidar com ignorantes, mas como um ser humilde, que crê que o saber é sempre relativo e que, muitas vezes, nossos alunos sabem muito mais que nós algumas

coisas. Sem amor não há educação, pois precisamos, para amar, abrir mão do egoísmo, abrindo-nos a compreender realmente o outro e respeitá-lo na sua diferença, acima de tudo. O propulsor de um projeto de educação popular é uma fé inabalada na mudança social por meio do real acesso da população menos favorecida a bens culturais e educativos de qualidade.

A educação passa a ter caráter permanente, em todos os espaços: onde há gente consciente, há educação popular. Significa que cada um e cada uma de nós já podem estar fazendo educação popular no seu local de atuação profissional, mesmo que não seja nas comunidades de base. A educação popular dar-se-á onde houver a força de um movimento social ou da reunião de pessoas conscientes do seu papel social e sabedoras dos seus direitos. Nesta perspectiva, o *locus* da educação popular é o espaço onde há consciência social, esperança, humildade e força.

Quando um homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (FREIRE, 1979, p. 30).

Para as classes populares, estudar quase nunca é prioridade. O conhecimento torna-se o instrumento para se entrar logo no mercado de trabalho e gerar renda. Até porque sabemos que existe a escola para os ricos e a escola para os pobres. Na escola dos pobres, o professor fica doente e não tem ninguém para substituir, as aulas terminam 20 minutos antes, falta giz e não tem quadra para jogar futebol. Quando vem o vestibular, provavelmente as condições para entrar em uma universidade pública serão mínimas para quem estudou na escola dos pobres. Enfim, a classe popular vai sozinha abrindo seu caminho para tentar um lugar ao sol.

Democratizar o ensino é simplesmente por a escola a serviço do povo, evitando antes

de tudo que os trabalhadores não recebam por bagagem escolar inteira subprodutos da instrução reservada aos futuros intelectuais (BAUDELOT, 1991).

Considerações Finais

A educação popular ainda não possui o investimento necessário por parte do poder público e há vários equívocos epistemológicos sobre sua origem e seu papel, talvez pelo fato deste conhecimento estar atrelado à vida real e à organização dos movimentos sociais. É uma educação cheia de vida, com cheiro de terra do assentamento e com a palavra da liderança comunitária na sua organização. É uma educação na qual ninguém sabe tudo e todos aprendem juntos, pois cada experiência de vida é valorizada e contextualizada nos planos de ensino. O processo relacional com o alunado também é diferenciado. Ouvimos a sua palavra para construir todo o projeto.

Educação e poder tem a ver com um saber que liberta. Estamos aprendendo a fazer educação popular, ela é complexa, rica, ritualística, apaixonante. E também é dogmática, por vezes partidária, nutrindo-se da dialética e do debate constante.

A classe popular urbana, na visão de Nogueira (1991), possui uma relação bastante contraditória com a escola: primeiro a rejeita, reagindo à forma como ela categoriza os sujeitos e os enquadra, por vezes inferiorizando-os socialmente. Este fenômeno ocorre

principalmente pelos conteúdos curriculares que usam sempre como referência os saberes da classe dominante. Paradoxalmente, estas mesmas classes cobram seu direito à educação formal de qualidade, reconhecendo-a como fonte legítima de aquisição de conhecimento e instrução, esperando dela promoção social e espaço social qualificado para todos e todas. É direito de todos, incluída aí a classe popular, ter espaço político, simbólico e material, mas estas condições não são dadas. Como a maioria não possui este capital conquistado a priori, cada término de escolarização é uma vitória em relação às estatísticas que mostram que, quanto menor a renda, menor o acesso à instrução.

Na verdade, a escola está cada vez menos atraente, e as pessoas continuam não sendo felizes nela, seja em qualquer nível de escolarização. A evasão está cada vez mais atrelada a esta falta de inventividade do espaço escolar e das relações que nele se estabelecem. É necessário trazer o saber popular para ser fonte das concepções curriculares e inovar nos conteúdos e nas propostas metodológicas, no sentido de romper o discurso hegemônico e contra-revolucionário. Conforme salienta Freire (2005, p. 67),

[...] a razão de ser da educação libertadora está no seu impulso inicial conciliador. Daí que tal forma de educação implique a superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos.

Referências

- APPLE, Michel. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BAUDELOT, Christian. A sociologia da educação para quê. **Revista Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 20, p. 39, 1991.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CUNHA, Maria Isabel da; LEITE, Denise. **Decisões pedagógicas e estruturas de poder na universidade**. São Paulo: Papyrus, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.

- _____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. et al. **Vivendo e aprendendo:** experiências do IDAC em educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais: notas em vista da construção do objeto de pesquisa. **Revista Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 3, 1991.
- SANCRISTÁN, Jose Gimeno. **Comprender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmede, 1998.

Submetido em 18 de novembro de 2009

Aprovado em 08 de abril de 2010